

BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 02 - Nº 12 - MARÇO 2017

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

GOLPE CONTRA O ESTADO

INTERNACIONAL

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA

SOCIAL

ECONOMIA

TERRITORIAL

COMUNICAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O *Boletim de Análise da Conjuntura* da Fundação Perseu Abramo, na seção **Golpe contra o Estado**, refuta na edição de março a falácia que relaciona a corrupção ao setor estatal da economia, com foco no caso da Petrobras. Para desmistificar a relação indevida estabelecida entre a corrupção e a empresa pública de petróleo, desmonta três ideias que vêm se consolidando na opinião pública: a de que este seja um problema endêmico apenas da Petrobras; a de que um Estado menor signifique menos corrupção; e a de que investimentos menores impliquem menos corrupção.

Na seção **Internacional**, o foco é a política do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em relação à migração. O seu discurso antiimigrantes, desde sua campanha para ser indicado como candidato a presidente pelo Partido Republicano até suas primeiras semanas no governo, tem alimentado a xenofobia e o racismo naquele país, sobretudo contra mexicanos e muçulmanos. Também é tema da análise a indicação do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) ao Ministério das Relações Exteriores para substituir José Serra, que renunciou dias atrás. Nunes tem todos os “atributos” para continuar a fracassada política externa que Serra e Temer têm executado desde a posse do governo golpista.

A parte de **Política e Opinião Pública** analisa as mudanças no ministério do governo golpista, além dos possíveis impactos da delação da Odebrecht e da seletividade da Justiça na Operação Lava Jato. Também aborda o debate sobre a Reforma da Previdência dentro do Congresso Nacional, além das manifestações ocorridas e previstas.

Na capítulo **Social**, dados atualizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostram a continuidade da crise no mercado de trabalho. O momento de crise é propício para as investidas patronais para a reforma trabalhista com corte de direitos - que pode levar a mais desigualdade no país e dificultar a recuperação econômica -, ainda mais com o apoio do governo e da grande mídia. Já a Reforma da Previdência é analisada sob a perspectiva de gênero e dos interesses que pressionam pela aprovação da proposta.

Em **Economia**, a análise dos dados não revela a volta do crescimento. No melhor dos cenários, a recessão passa a apresentar-se em ritmo mais brando. A seção Territorial volta ao estudo sobre o que tem acontecido com o setor informal do mercado de trabalho. Um dos fenômenos que a análise coloca em evidência é que a redução do número de trabalhadores do setor informal não é uma boa notícia, já que se deve à ampliação do contingente de desempregados permanentes. Mostra também as diferenças registradas de acordo cada unidade da federação.

Por último, o capítulo de **Comunicação** traz uma análise das manifestações realizadas ao redor do mundo por ocasião do Dia Internacional da Mulher e suas repercussões nas redes sociais online. O discurso vexatório do presidente golpista Michel Temer no 8 de março foi destaque na imprensa internacional. E, na grande mídia nacional, a notícia do recuo do PIB de 2016 que denota a pior recessão da história foi atenuada por uma hipótese de que o pior já teria passado e a economia estaria começando uma recuperação.



GOLPE CONTRA O ESTADO



A Petrobras passou, desde 2014, a incorporar em seus balanços notas e observações gerais sobre os impactos financeiros e políticos da Operação Lava Jato na empresa, via de regra, sob o argumento da transparência. Tais itens buscam estabelecer uma relação causal entre a prevenção da corrupção e a política de desinvestimento e privatização. No presente texto busca-se refutar essa crença.

TRÊS MITOS SOBRE A CORRUPÇÃO E A PETROBRAS

Nos últimos anos, a Petrobras esteve no centro do projeto industrial e social-desenvolvimentista. A petrolífera estatal brasileira teve papel decisivo no crescimento econômico do país e na recuperação da crise iniciada em 2008. Seu plano de investimentos foi decisivo para os projetos do PAC, sua política de conteúdo tecnológico local foi fundamental para a reativação da indústria naval e de engenharia pesada, sua política de pesquisa e desenvolvimento foi essencial para a descoberta do pré-sal, e este, por seu turno, permitiu a criação de um fundo social para a educação e a saúde.

Prova disso é que o investimento da Petrobras saltou de US\$ 9 bilhões, em 2004, para quase US\$ 55 bilhões, em 2013; os efeitos multiplicadores significaram a geração de 50 mil empregos na indústria naval e milhares de postos de trabalho na indústria metalmeccânica¹.

No entanto, o atual governo tem se valido dos des-

dobramentos da Operação Lava Jato para fazer a opinião pública crer que o combate à corrupção deve ser feito por meio do desinvestimento e da descapitalização da Petrobras, e não do saneamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de governança da empresa estatal.

Por trás dos argumentos de combate à corrupção, escondem-se interesses que atentam contra a soberania nacional e em favor de ganhos exorbitantes para o capital privado internacional e de ganhos de curto prazo para alguns setores privados nacionais.

Para desmistificar a relação indevida estabelecida entre a corrupção e a Petrobras, é preciso desmontar pelo menos três ideias que vêm se consolidando na opinião pública: a de que a corrupção seja um problema endêmico apenas da Petrobras; de que um Estado menor signifique menos corrupção; de que investimentos menores impliquem menos corrupção.

Mito 1 – A corrupção como problema endêmico da Petrobras

Ao contrário do que postula o setor mais liberal-conservador no interior da direção da Petrobras, a corrupção não pode ser tratada como um problema peculiar do Brasil e tampouco como um problema singular da empresa.

Em 2014, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou seu último estudo sobre corrupção, fraude e propina no meio empresarial². O relatório chama a atenção para o fato de que o setor de mineração e extração é aquele com o maior número de casos de corrupção envolvendo grandes empresas, com 19% (conforme a tabela abaixo).

SETORES COM EMPRESAS ENVOLVIDAS EM CASOS DE CORRUPÇÃO

Mineração e extração	19%
Construção civil	15%
Transporte e logística	15%
Informação e comunicação	10%
Indústria de máquinas	8%
Planos de saúde	8%
Elétrica e gás	6%
Administração pública	5%
Agricultura	4%
Comércio e serviços	4%
Saneamento básico e água	3%
Organismos internacionais	1%
Finanças e seguros	1%
Outras atividades	1%
TOTAL	100%

A explicação para tal constatação, segundo a própria OCDE, é que esse setor justamente é o que mobiliza, comparativamente, o maior volume de investimentos e o maior número de contratos envolvendo valores vultosos. Sendo assim, a corrupção deve ser encarada menos como uma peculiaridade nacional ou como um problema endêmico de uma única empresa e mais como um problema sistêmico do setor. Para enfrentá-lo, é necessário implementar medidas coordenadas de governança em âmbito nacional e internacional.

Mito 2 – O Estado mínimo como forma de combate à corrupção

A segunda ideia equivocada que tem permeado a opinião pública no Brasil é a de que a corrupção seja resultado de um Estado grande, ineficiente e antimercado. Há pelos menos dois indicadores

fundamentais para a mensuração da corrupção e da percepção sobre ela, o primeiro organizado pelo Fórum Econômico Mundial (FEM)³ e o segundo pela Transparência Internacional (TI)⁴.

Nos dados divulgados pelas duas instituições no início de 2017, o Brasil aparece, respectivamente, na posição 135 (FEM) e na posição 79 (TI). O que chama a atenção, no entanto, é que se considerarmos os 24 países sedes das principais indústrias petrolíferas, notaremos uma relação inversamente proporcional entre o nível de investimento e endividamento e o grau de presença ou percepção da corrupção.

Em outras palavras, os países considerados menos corruptos, como Noruega, Canadá, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos, são justamente aqueles que dispõem de um maior nível de dívida pública sobre o PIB⁵. Tratam-se de Estados robustos e não de Estados mínimos.

EMPRESA	PAÍS	CORRUPÇÃO (FEM) (*)	CORRUPÇÃO (TI) (**)	DÍVIDA PÚBLICA / PIB (%) (***)	FBKF (***)
Saudi Aramco	Arábia Saudita	19	24	14,1%	31,6%
Sonatrach	Argélia	92	108	13,0%	47,8%
Petrobras	Brasil	135	79	17,9%	78,2%
Suncor Energy	Canadá	21	9	92,0%	23,0%
China Petroleum					
China Shenhua Energy					
Petrochina	China	40	79	46,3%	43,6%
Ecopetrel	Colômbia	125	90	47,5%	25,0%
SK Innovation	Coreia do Sul	67	52	38,9%	28,8%
Abu Dhabi National Oil Co.	Emirados Árabes	3	24	18,9%	19,6%
Apache Corp.					
Chevron					
ConocoPhillips					
Exxon Mobil					
Marathon Petroleum					
Occidental Petroleum					
Valero Energy	EUA	30	18	108,2%	19,7%
Total	França	28	23	97,1%	22,3%
Shell	Holanda	10	8	63,5%	19,4%
Cnooc	Hong Kong	14	15	0,0%	22,0%
Oil & Natural Gas Corp.					
Reliance Industries	Índia	36	79	68,4%	31,6%
National Iranian Oil Corp.	Irã	73	131	14,8%	22,8%
Iraq Ministry of Oil	Iraque	73	166	75,8%	
Eni	Itália	87	60	132,7%	16,6%
Kuwait Petroleum Corp.	Kuwait	61	75	22,0%	23,4%
Petróleos Mexicanos	México	126	123	56,0%	23,0%
Statoil	Noruega	5	6	27,9%	28,3%
Qatar Petroleum	Qatar	8	31	54,8%	
BP					
BG Group	Reino Unido	15	10	88,9%	17,3%
Gazprom					
Lukoil					
AO AK Transneft					
AO TNK					
Rosneft					
Surgutneftegaz	Rússia	75	131	17,0%	21,6%
PTT PLC	Tailândia	97	101	43,6%	24,4%
PDVSA	Venezuela	138	166	32,8%	24,5%

A propósito, todos esses países dispõem de grandes empresas petrolíferas, tais como: Statoil, Suncor, Shell, BP, BG, Group, Exxon Mobil, Chevron, entre outras.

Mais ainda, os países considerados menos corruptos também dispõem de significativo nível de investimentos, contando com taxas mais elevadas de formação bruta do capital fixo. Ao passo que os países considerados mais corruptos são aqueles que dispõem de menores níveis de endividamento público e investimento, como é o caso da Arábia Saudita, da Aramco, da Argélia, da Sonatrach, do México, da Petróleos Mexicanos, ou da Venezuela, da PDVSA.

Ou seja, quanto mais fortalecido é o Estado e quanto mais intenso é o investimento menor é o nível de corrupção.

Mito 3 – A redução de investimento como forma de prevenção à corrupção

No plano de negócios⁶ para os próximos cinco anos anunciado em 2016 pelo presidente da Petrobras, merecem destaque as metas de redução de 25% nos investimentos, que devem ser cortados de US\$ 98,8 bilhões para US\$ 74,1 bilhões; a redução dos ativos da empresa, que deve sair integralmente de setores como os de gás liquefeito (GLP), biocombustíveis, petroquímicos e fertilizantes; a realização de estudos para a venda da Liquigás e da BR Distribuidora; a venda dos 47% de capital votante que a petroleira mantém na Braskem; e a implementação de uma nova política mantendo os preços de derivados do petróleo em paridade com o mercado internacional.

A justificativa oficial para o desinvestimento, a descapitalização e a alienação patrimonial está anco-

rada na ideia de que a Petrobras precisa se refazer dos prejuízos causados pela corrupção revelada pela Operação Lava Jato. Em 2014, a empresa estimou os prejuízos com corrupção em cerca de R\$ 6,2 bilhões; nesse mesmo ano, o lucro bruto da empresa foi de R\$ 80,4 bilhões, ou seja, os problemas

com corrupção, ainda que envolvendo montantes significativos, atingiram apenas 7,7% do lucro da empresa⁷. O problema da corrupção não deve ser minimizado, mas certamente ele não justifica o encolhimento dos investimentos apontados pela atual direção da Petrobras.

Perda Discriminada nos Resultados Financeiros de 2015 com a Lava Jato

1T	2T	3T	4T	TOTAL
R\$ -	R\$ 157.000.000,00	R\$ -	R\$ 73.000.000,00	R\$ 230.000.000,00

Perda Discriminada nos Resultados Financeiros de 2016 com a Lava Jato

1T	2T	3T	4T	TOTAL
R\$ -	R\$ 79.000.000,00	R\$ 148.000.000,00	R\$ -	R\$ 227.000.000,00

Em 2015, o lucro bruto da empresa subiu para R\$ 98,5 bilhões, e as perdas com a Lava Jato efetivamente computadas nos resultados financeiros atingiram R\$ 230 milhões, cerca de 0,23% do lucro. Ao que tudo indica, resultados análogos devem se repetir para a consolidação das contas da Petrobras em 2016. Sendo assim, a redução dos investimentos não pode ser amparada pela justificativa da corrupção como um elemento capaz de desorganizar o conjunto das contas da empresa.

Nesse caso, vale tomar como exemplo comparativo duas situações do setor petrolífero em âmbito internacional. Em 2011, a Statoil passou por um escândalo de corrupção envolvendo suas empresas na Líbia e em Angola. Tratava-se do pagamento sistemático de propinas para consultores desses dois países em valores anuais estimados em torno de US\$ 100 milhões desde 2000. Passados três anos após a descoberta do caso, os investimentos da empresa cresceram de US\$ 84 bilhões em 2010 para US\$ 133,6 bilhões em 2011⁸. A propósito, neste mesmo ano a empresa Shell foi flagrada em um escândalo na Nigéria envolvendo suborno da ordem de US\$ 1,3 bilhão em uma licitação junto ao alto escalão do governo daquele país, assim como a Statoil. Passados três anos da revelação dos ilícitos, a Shell ampliou seu nível de investimento, tendo-o, depois, reduzido em 2014, mas não pelo problema da corrupção e sim por uma mudança na estratégia de aquisições da empresa⁹.

Sendo assim, passados três anos do início da Operação Lava Jato, não há essencialmente a necessidade de a Petrobras reduzir seus investimentos, como deixam claras as duas experiências internacionais acima mencionadas. Mais ainda, a corrupção, compreendida como um problema sistêmico e que afeta de modo mais intenso os Estados mais fracos, não deve ser tomada como justificativa para o encolhimento e o desmonte da Petrobras.

Conclusão

Ao contrário do que tem sugerido a atual gestão da Petrobras e na contramão do que a opinião pública tem admitido, não é lícito supor que a corrupção seja um problema endêmico do Brasil e da Petrobras. Ao contrário, trata-se de um problema sistêmico que causa impacto em todo o setor de petróleo e mineração. De forma análoga, é equivocado supor que um Estado menor contribui para o combate à corrupção. Os Estados considerados mais transparentes são justamente aqueles que dispõem de maiores níveis de investimento e de dívida pública/PIB. Por fim, é errônea a ideia de que a redução de investimentos das empresas petrolíferas se apresenta como única saída ou como melhor alternativa para a prevenção à corrupção, pois experiências internacionais demonstram que não deve haver uma correlação direta entre investimento e corrupção.

Com a perpetuação desses três mitos, sob o pretexto de solucionar um problema de curto prazo - o endividamento da Petrobras -, a atual gestão utiliza a questão da corrupção como uma cortina de fumaça que afronta as possibilidades de construirmos, no médio e no longo prazo, um projeto baseado em um Estado soberano e em um desenvolvimento industrial nacional.

A concretização das propostas da atual direção da Petrobras faz com que a empresa deixe de ser

o centro do desenvolvimento industrial do país. Dessa forma, além de o Estado perder autonomia relativa sobre parte de um recurso estratégico, diminui-se o efeito multiplicador da empresa na geração de emprego e renda e no estímulo ao desenvolvimento de tecnologia nacional. A corrupção não deve ser utilizada como mote ou pretexto para ofuscar e camuflar interesses outros que envolvem o ganho de curto prazo e rentista, sobretudo do capital internacional.

Para ver mais, consultar:

1. Fonte: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec129LeilaoCampoLibra.pdf>
2. Fonte: <http://www.oecd.org/daf/anti-bribery/scale-of-international-bribery-laid-bare-by-new-oecd-report.htm>]
3. (*)Fonte:<http://reports.weforum.org/global-competitiveness-index/competitiveness-rankings/#series=GCI.A.01.01.02>. Os dados do Fórum Econômico Mundial classificam os países de 1 a 138, sendo 1 o menos corrupto e 138 o mais corrupto
4. (**) Fonte: https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016. Os dados da Transparência Internacional classificam os países numa escala de 0 a 100, quanto mais próximo de 0 mais corrupto e quanto mais próximo de 100 mais transparentes é o país
5. Fonte: (***) Fonte: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/02/weodata/index.aspx>
6. Fonte: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/estrategia/plano-de-negocios-e-gestao>
7. Fonte: <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-financeiros/holding>
8. Fonte: <https://www.statoil.com/en/investors.html#contact-investor-relations>
9. Fonte: <http://www.shell.com/investors/financial-reporting/annual-publications.html>

INTERNACIONAL

Na seção Internacional, enfocamos a política do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em relação à migração. O seu discurso antiimigrantes, desde sua campanha para ser indicado como candidato a presidente pelo Partido Republicano até suas primeiras semanas no governo, tem alimentado a xenofobia e o racismo naquele país, sobretudo contra mexicanos e muçulmanos. Também é tema da análise a indicação do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) ao Ministério das Relações Exteriores para substituir José Serra, que renunciou dias atrás. Nunes tem todos os "atributos" para continuar a fracassada política externa que Serra e Temer têm executado desde a posse do governo golpista.

A POLÍTICA MIGRATÓRIA DE TRUMP

O primeiro decreto presidencial emitido por Trump, logo após sua posse em janeiro passado, suspendendo a concessão de vistos e conseqüentemente impedindo o ingresso nos Estados Unidos de cidadãos provenientes de sete países com população majoritariamente muçulmana, teve seus efeitos suspensos por força de várias liminares da Justiça estadunidense, em particular uma da Corte do estado de Washington.

Agora, para superar o impasse, o governo cancelou o primeiro e emitiu novo decreto com validade a partir de 16 de março, desta vez reduzindo seu efeito para noventa dias em vez dos 120 dias propostos inicialmente. E excluiu o Iraque da lista de países que, todavia, mantém Síria, Irã, Líbia, Sudão, Somália e Iêmen. Além disso, o ingresso de refugiados sírios, que fora suspenso indefinidamente, agora valerá por 120 dias.

A exclusão do Iraque do decreto foi justificada devido à declaração do governo iraquiano de que iria colaborar com as autoridades migratórias deste

país, inclusive no processo de deportação de cidadãos iraquianos que tenham seus ingressos eventualmente negados. O prazo para entrada em vigor visou treinar os agentes aeroportuários para operacionalizar as determinações do novo decreto e evitar os tumultos ocorridos na aplicação do primeiro.

No entanto, além dos protestos de diversas organizações da sociedade civil, os procuradores de seis estados do país já declararam que, apesar das mudanças, o novo decreto não muda em nada a inconstitucionalidade e a imoralidade detectadas no primeiro decreto e que proporão novamente o cancelamento da medida. Resta saber se o governo não conseguiu se precaver também na área jurídica.

Ao lado das ações contra a imigração de muçulmanos, uma série de outras medidas de caráter administrativo vêm sendo adotadas para dificultar o ingresso de imigrantes com documentação irregular, particularmente os egressos da América Latina e do Caribe. Uma delas, é dificultar que o imigrante tente reivindicar asilo quando chegar à fronteira

dos Estados Unidos, o que lhe permite permanecer até que seu pedido seja definido judicialmente, o que pode levar tempo. A construção do muro na fronteira com o México, já decretada, pode provocar este efeito ao impedir o contato físico dos imigrantes com os agentes migratórios. A segunda medida é separar os filhos das mães imigrantes, enquanto eventuais tratativas de análise do refúgio ocorrem ou quando as famílias são capturadas ao tentar ingressar ou permanecer irregularmente nos Estados Unidos. A incerteza das mulheres quanto ao que acontecerá com seus filhos visa desestimular que tentem imigrar para o “Império do Norte”.

Segundo o Pew Research Center, haveria cerca de onze milhões de imigrantes indocumentados nos Estados Unidos, dos quais 3,7 milhões com filhos nascidos no país e, portanto, cidadãos estadunidenses que não podem ser expulsos, embora seus pais possam. A tensão no meio de toda esta população, incluindo muitos brasileiros, vem crescendo e com razão, pois Trump, além de contratar cinco mil novos agentes de segurança na fronteira, também ampliou o contingente de agentes de segurança interna, a Immigration and Customs Enforcement (ICE), a temida “migra”, em mais dez mil recém contratados.

Trump vem sendo classificado por diversos órgãos de imprensa estadunidenses e estrangeiros como um mentiroso contumaz em função de suas declarações e condução errática de suas promessas de campanha. No entanto, há uma promessa à qual vem se empenhando que é a redução da imigração. Não que o governo Obama fosse muito mais liberal do que ele em relação a este tema. Por exemplo, em média cem mil imigrantes indocumentados foram repatriados por ano durante seus oito anos de mandato e muitos deles tinham chegado acompanhados de filhos. A diferença era que os democratas faziam demagogia com a possibilidade de legalizar os imigrantes enquanto os deportavam e Trump transformou sua exclusão dos Estados Unidos em programa concreto de governo, pois sua promessa de governo lhe valeu a vitória em estados industriais onde os trabalhadores normalmente votavam no Partido Democrata e mudaram com medo do desemprego. Ele procurará manter esta

política, pois contribuirá para uma possível reeleição em 2020.

Aloysio Nunes assumiu o MRE

Aloysio Nunes assumiu o Ministério das Relações Exteriores (MRE) no dia 7/3, em substituição a José Serra, que renunciou, e deve dar continuidade ao modelo fracassado de política externa adotado pelo tucano.

O novo ministro usurpador é advogado formado pela Universidade de São Paulo, integrou a luta armada na Aliança Libertadora Nacional (ALN) durante a ditadura, embora por pouco tempo, pois exilou-se entre 1968 e 1979. Ao retornar para o Brasil, elegeu-se deputado estadual pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 1982. Também pelo PMDB, foi vice do governador Antonio Fleury de 1991 a 1994, governo marcado pelo Massacre do Carandiru.

Depois de sua mudança para o PSDB, tornou-se Ministro da Justiça nos últimos anos do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e, posteriormente, braço direito de Serra em seus mandatos na prefeitura e no governo de São Paulo. Em 2010 foi eleito senador, com posição crítica ao governo petista. Atualmente, defende propostas conservadoras como a redução da maioria penal e sanções à Venezuela para provocar a saída de Nicolás Maduro.

Nunes assume o Ministério com a expectativa de dar continuidade ao trabalho iniciado por seu antecessor, Serra, cujo mandato foi marcado por mudanças radicais no eixo da política externa herdada dos governos do PT. Um dos maiores legados do último no cenário internacional foi a ampliação das negociações comerciais e diplomáticas com os países do Sul, dando peso ao Mercosul e ao multilateralismo. Ao mesmo tempo, respeitava os países independentemente da posição ideológica de seu governo, como convém à boa diplomacia.

Por sua vez, Serra priorizou as relações com os países centrais, como Estados Unidos e os membros da União Europeia. Anunciou prioridades à agenda econômica e buscou restaurar a política externa

observada no período neoliberal de FHC. Consequentemente, o Brasil se afastou das questões da América Latina e não agiu construtivamente na crise da Venezuela nem em relação às negociações de paz na Colômbia.

No entanto, apesar de o governo golpista buscar relações prioritárias com os países centrais, há um impasse, particularmente com os Estados Unidos, pois tanto Serra como Nunes demonstraram antipatia pelo atual presidente, Donald Trump, durante a campanha eleitoral estadunidense. Além disso, apostar nos Estados Unidos e na União Europeia,

que atualmente levam adiante uma agenda ainda mais protecionista do que o usual, como os principais parceiros comerciais, é como atravessar o Oceano Atlântico numa canoa furada.

Na época de Serra, os únicos aliados internacionais que o governo golpista conseguiu foram os governos do Paraguai e da Argentina e o primeiro movimento do novo “ministro” foi visitar este último. A política de Serra já não estava alinhada com a conjuntura internacional e Nunes deverá dar continuidade, insistindo no fracasso.

rádio FPA

A Fundação Perseu Abramo coloca no ar a **Rádio FPA**, que pode ser sintonizada com um player específico na parte superior do site www.fpabramo.org.br. Funcionando 24 horas por dia, sete dias da semana, a rádio combina informação e música numa linguagem FM. A ideia é levar aos ouvintes aquilo que está acontecendo na Fundação como cursos, debates, notícias e agenda, além de muita música popular brasileira com destaque para os programas “Samba raiz” e “Novas vozes da MPB”.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Analizamos nesta seção as mudanças no ministério do governo golpista, além dos possíveis impactos da delação da Odebrecht e justiça seletiva na Operação Lava Jato. Também abordamos o debate sobre a Reforma da Previdência dentro do Congresso Nacional, além das manifestações ocorridas e previstas.

MUDANÇAS NO MINISTÉRIO

No dia 23 de fevereiro, um fato inesperado ganhou destaque no noticiário político: o então ministro das Relações Exteriores, o senador José Serra (PSDB-SP), pediu demissão. Segundo as informações oficiais, Serra teria deixado o cargo por problemas de saúde. No mês de dezembro, ele já havia se submetido a uma cirurgia para reparar problemas em sua coluna vertebral, e o tratamento exigiria tamanha dedicação que seria inconciliável com a agenda do Ministério. Serra foi citado em delações premiadas e pode ser atingido pela delação da empreiteira Odebrecht.

O novo ministro das Relações Exteriores nomeado por Temer foi Aloysio Nunes, também senador de São Paulo pelo PSDB. Segundo o ex-diretor da Odebrecht, Carlos Armando Paschoal, Nunes teria recebido R\$ 500 mil por meio de caixa dois na campanha de 2010. A nomeação demonstra o caráter fisiológico do governo golpista, ao passo que lança novamente um político tucano com a única

intenção de garantir o apoio do PSDB no Legislativo. Assim, o PSDB troca seus votos na Câmara e no Senado pela chance de ter a política externa em suas mãos, mantendo a reversão das conquistas do Brasil no cenário internacional durante os governos petistas. Em seu lugar, um possível retorno à posição de mero coadjuvante subserviente às vontades dos Estados Unidos e da Europa, que foi a marca da diplomacia dos governos tucanos na década de 1990. Nunes foi líder do PSDB no Senado, além de ter sido figura presente nos jantares entre peemedebistas e tucanos em 2015 e 2016, nos quais a parceria para dar o golpe de Estado e “estancar a sangria” foi fechada.

Outra novidade na Esplanada foi a nomeação do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) para o Ministério da Justiça. Serraglio substituiu Alexandre de Moraes, após o ex-ministro ter sido nomeado para o Supremo Tribunal Federal (STF). O novo ministro

assumiu após a gestão desastrosa de Moraes, marcada pela crise nos presídios e nos estados.

Ligado à bancada ruralista, Serraglio há anos pressiona a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o governo para rever a demarcação de terras indígenas. Ao abordar o tema, em uma de suas primeiras entrevistas como ministro, afirmou que “terra não enche barriga”. O ex-deputado também é ligado a Eduardo Cunha, tendo inclusive pedido anistia para ele sob a alegação de que sem a atuação de Cunha o impeachment da presidenta Dilma não teria sido possível. Em sua atuação parlamentar, votou a favor da redução da maioria penal de dezoito para dezesseis anos. O ministro afirmou em outra entrevista que é possível reconhecer um criminoso pela aparência. A nomeação demonstra o compromisso do governo golpista com o que há de mais conservador no país e na política.

Delações e TSE – O campo de batalha que definirá o futuro de Temer

Nas próximas semanas, o conteúdo das delações realizadas por cerca de setenta executivos da Odebrecht deve pautar o noticiário político. A quebra do sigilo depende do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, que deve entregar uma “lista” de citados, com os respectivos pedidos de abertura de inquérito ao STF. As delações foram homologadas em janeiro deste ano pela presidenta do Supremo, Carmem Lúcia, e estão sob responsabilidade do relator da Lava Jato no STF, Edson Fachin, responsável por retirar o sigilo após solicitação de Janot.

Os conteúdos só cumprirão seu potencial explosivo, porém, se veiculados sem a seletividade vista até agora na grande imprensa e no próprio Judiciário. Até o momento, o conluio formado entre mídia, políticos golpistas e Judiciário utilizou vazamentos de delações seletivas contra o Partido dos Trabalhadores para desestabilizar o governo legítimo da presidenta Dilma Rousseff e tentar destruir a imagem do presidente Lula e do PT. Os conteúdos desfavoráveis ao PMDB e PSDB foram, até agora, colocados em segundo plano, ignorados durante as delações e até arquivados, possibilitando que ambos atuassem livremente e promovessem um

golpe de Estado.

Os principais exemplos de tal proteção no Judiciário são o juiz Sergio Moro e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes. Ao passo que as investigações inevitavelmente apontam os desvios e propinas envolvendo os partidos líderes do golpe, Mendes passou a dar declarações que relativizam os crimes delatados que envolvem tucanos e peemedebistas, demonstrando que sua atuação depende das conjunturas vividas pelos seus aliados políticos. O senador tucano Aécio Neves, por exemplo, teve seu nome tarjado a pedido de um ministro do TSE em um depoimento que afirma que teria recebido pedido de doação de R\$ 9 milhões via caixa dois na campanha de 2014, quando foi derrotado por Dilma.

A exposição dos principais caciques do governo golpista, principalmente do presidente usurpador, poderia causar um enfraquecimento latente e fatal no núcleo político do golpe. A acusação do executivo Claudio Melo, da Odebrecht, de que Temer teria pedido R\$ 10 milhões em doações para Marcelo Odebrecht, poderia dar força à ação que a chapa Dilma-Temer, vencedora em 2014, sofre no TSE, movida pelo PSDB.

Porém, no Estado de exceção que estamos vivendo, é possível que apenas o PT seja atingido, repetindo o padrão seletivo dos últimos anos, que possibilitou um golpe de Estado. Isso fez com que apenas delações seletivas guiadas por um juiz parcial fossem divulgadas, enquanto nomes de tucanos são tarjados e ocultados para poupá-los. Não obstante, o maior presidente da história foi impedido por Gilmar Mendes de ser ministro da Casa Civil. Pouco depois, o ministro Moreira Franco teve sua posse liberada pelo mesmo STF, apesar de todas as delações que mostraram valores de propina recebidos por ele. Torna-se provável, portanto, que a tese absurda defendida pelos golpistas, de que a ação no TSE deva julgar separadamente a presidenta e o vice, seja efetivada para poupar o PMDB e Temer, impedindo que novas eleições indiretas sejam convocadas. No entanto, caso isso ocorra, Gilmar Mendes já garantiu: Temer poderia ser eleito pelo Congresso Nacional, mesmo tendo sido cassado.

A Reforma da Previdência

O governo aumenta a ofensiva para aprovar a Reforma da Previdência. Temer colocou ministros da equipe econômica à disposição para esclarecer os pontos mais controversos da proposta e pediu aos líderes da base aliada que evitem mudanças no texto. Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), acreditam que é possível votar a Reforma no Congresso até o início de julho.

A tramitação está mais difícil do que o governo previa. Encontra as primeiras barreiras nas disputas internas no PMDB. Um setor do partido teme o crescimento do PSDB no governo e vê com desconfiança suposta aproximação entre Michel Temer e Aécio Neves, do PSDB, influenciando nas nomeações dos ministros Osmar Serraglio (Justiça), Antonio Imbassahy (Secretaria do Governo), Alexandre de Moraes (como ministro do STF) e Aloysio Nunes (Itamaraty).

Esse setor também sugere chantagem do ex-deputado Eduardo Cunha sobre Temer e critica a nomeação de Serraglio para o ministério. Preocupa-se também com André Moura (PSC-SE) como líder do governo no Congresso e Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) como líder do governo na Câmara, todos aliados de Cunha. Esse setor, liderado por Renan Calheiros, reivindica maior peso do PMDB do Senado nas decisões do governo e critica a reforma.

Além disso, grandes partidos da base aliada propõem alterações à Reforma da Previdência apresentada pelo governo. O PSB ameaça fechar questão contra a proposta se não for votada a continuidade das regras para aposentadoria de trabalhadores rurais e a diminuição do tempo de contribuição para aposentadoria integral. O PSDB, além de mudanças na regra de transição e da aposentadoria rural, pede alteração na idade mínima para concessão do Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/Loas) a idosos e pessoas com deficiência. O DEM propõe idade mínima de 65 anos para quem nasceu depois de 1993. O Solidariedade, partido que agrega a Força Sindical, reconhece que a reforma é prejudicial aos trabalhadores e propõe redução da idade mínima para sessenta anos para homens e 58 anos para mu-

lheres e regra de transição com pedágio 30% menor do que o governo propõe, além de que o benefício seja calculado partindo de 60% da média da remuneração acrescido de 1% por ano de contribuição.

Na oposição, um grupo de 28 deputados e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNMT) entraram com mandado de segurança contra a PEC da Reforma da Previdência no Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que o governo não apresentou estudos sobre o déficit nas contas da Previdência e que a elaboração da PEC ocorreu à revelia do Conselho Nacional de Previdência Social, órgão colegiado, com representantes dos trabalhadores e do governo, que tem por finalidade discutir interesses previdenciários dos trabalhadores.

O déficit na Previdência apresentado pelo governo não prevê revisão da dívida de mais de quatrocentas empresas que não repassaram a contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). O valor dessa dívida supera R\$ 400 bilhões (mais de três vezes o déficit da Previdência em 2016, segundo cálculo da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e se concentra em poucas empresas, entre elas o Bradesco, Caixa Econômica Federal, Vale, JBS, além de companhias que faliram. A reforma do governo penaliza o trabalhador, enquanto deveria cobrar quem deve para não onerar quem paga. O não repasse ao INSS, a morosidade da Justiça, a legislação tributária e programas de parcelamento de dívidas das empresas ao governo é o que gera o chamado déficit Previdência.

O relator da comissão especial da Reforma da Previdência, Arthur Maia (PPS-BA), afirmou que o projeto do governo, da forma que está, não passa. Particularmente a regra de transição e as concessões especiais deverão ser alteradas. O ministro da Fazenda Henrique Meirelles tem se reunido com deputados da base aliada do governo para tentar aprovar a proposta sem mudanças. Diz que o governo não é inflexível, mas alterações podem tornar a reforma “inócua”. Ele alega que a Previdência é o principal foco de gastos do governo e que, sem a reforma, é impossível manter as contas públicas.

A Reforma da Previdência tem sido mais rejeitada que a PEC do teto de gastos, aprovada no final do ano, cujos impactos mais abstratos e menos imedia-

tos não foram ainda assimilados. Essa, ao contrário, tem impactos imediatos e prejudica principalmente os trabalhadores e trabalhadoras rurais, as mulheres e os que começam a trabalhar mais cedo.

Manifestações ocorridas e previstas contra Temer e as reformas

No dia 15 de março, as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, centrais sindicais, sindicatos e grupos que foram às ruas contra o impeachment da presidenta Dilma convocaram manifestações em todo o Brasil, contra as reformas da Previdência e a Trabalhista, pedindo “Fora Temer” e Eleições Diretas Já. A corrupção e a indicação de Alexandre de Moraes para o STF, como tentativas de barrar a Lava Jato, também integram esse protesto.

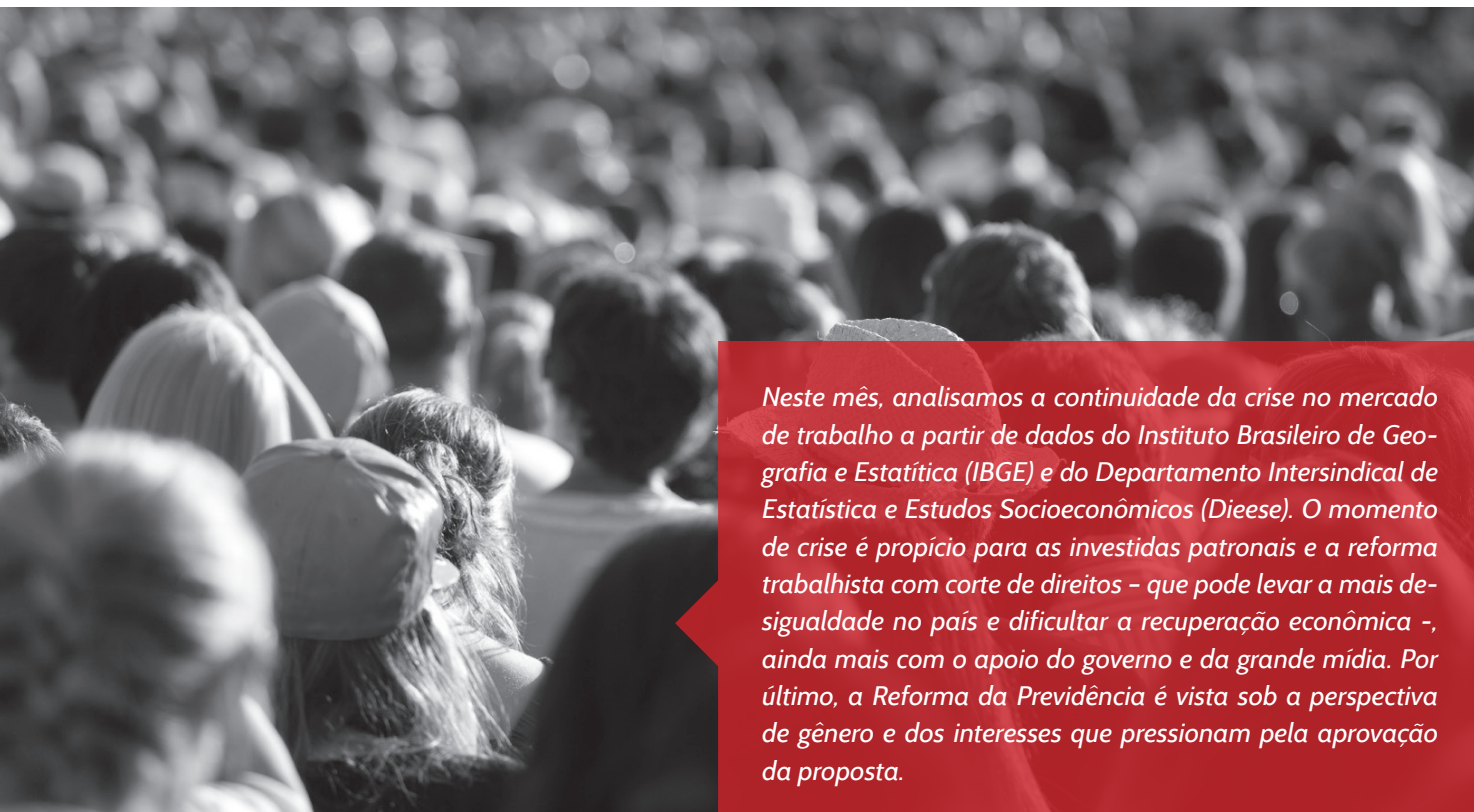
No dia 26 de março, o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem Pra Rua e grupos que pediram o impeachment de Dilma estão chamando um protesto contra as tentativas de barrar a Lava Jato e contra o fim da PM. Os organizadores defendem o fim do Estatuto do Desarmamento, do Foro Privilegiado, além da Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência.

No último dia 8/3, manifestações pelo Dia Internacional da Mulher levaram milhares de mulheres às ruas de todo o Brasil e foram marcadas por críticas à Reforma da Previdência e trabalhista, contra Temer e pedindo eleições diretas, além das tradicionais pautas feministas de legalização do aborto, fim do feminicídio, cultura do estupro e violência contra as mulheres, fim da desigualdade salarial no mercado de trabalho e divisão igualitária do trabalho doméstico. O discurso de Temer na data, de teor machista, ressaltou atividades domésticas da mulher e foi criticado por todos os setores.

Na mesma data, o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) fechou acordo com o Ministério das Cidades pela retomada das contratações de moradias populares do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, para a faixa de renda mais baixa, suspensas desde que Michel Temer assumiu o poder. A vitória encerrou a ocupação do MTST em frente ao escritório da Presidência da República, em São Paulo, desde 15 de fevereiro.

acesse
o canal **teve FPA** 

ENTREVISTAS - EVENTOS - TRANSMISSÕES AO VIVO



Neste mês, analisamos a continuidade da crise no mercado de trabalho a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O momento de crise é propício para as investidas patronais e a reforma trabalhista com corte de direitos – que pode levar a mais desigualdade no país e dificultar a recuperação econômica –, ainda mais com o apoio do governo e da grande mídia. Por último, a Reforma da Previdência é vista sob a perspectiva de gênero e dos interesses que pressionam pela aprovação da proposta.

Análise do mercado de trabalho

A austeridade fiscal, aplicada no Brasil desde 2015, teve um efeito devastador no mercado de trabalho. Desde então, ocorreu uma escalada do desemprego, sendo mais alta entre trabalhadores com salários mais baixos.

PNADC

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADC) estimou a taxa de desocupação no país em 12,6% para o trimestre móvel de novembro de 2016 a janeiro de 2017, com quadro de elevação em relação aos trimestres anteriores, como mostra a tabela abaixo. O quadro para o rendimento médio foi de estabilidade em relação aos outros trimestres:

Indicador / Período	Nov - Dez – Jan 2017	Ago - Set – Out 2016	Nov - Dez – Jan 2016
Taxa de desocupação	12,6%	11,8%	9,5%
Rendimento real habitual	R\$ 2.056	R\$ 2.040	R\$ 2.047
Valor do rendimento real habitual em relação a:		0,8% (estabilidade)	0,4% (estabilidade)

Fonte: IBGE

A população desocupada (12,9 milhões) cresceu 7,3% (mais 879 mil) em relação ao trimestre de agosto a outubro de 2016 e subiu 34,3% (mais 3,3 milhões) no confronto com igual trimestre do ano anterior.

A massa de rendimento real habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas foi estimada, para o trimestre móvel de novembro

de 2016 a janeiro de 2017, em R\$ 180,2 bilhões, estável tanto frente ao trimestre de agosto a outubro de 2016 quanto ao mesmo trimestre do ano anterior.

A PNADC aponta que 22% da força de trabalho brasileira estava subutilizada no quarto trimestre de 2016. São considerados subutilizados aqueles que estão desempregados, trabalham menos horas do que poderiam/gostariam ou deixaram de procurar

emprego. Esse percentual foi mais alto no Nordeste, em especial na Bahia. No quarto trimestre de 2015, esse percentual foi de 17%.

Dieese: Boletim emprego em pauta

O Dieese aponta que em 2016 o desemprego aumentou e cresceu a quantidade de postos de trabalho que oferecem baixa proteção. Para o último caso, “se por um lado esses empregos contribuíram para a redução do número de desocupados, por outro ampliaram a precarização do emprego com contratações desprotegidas, revertendo tendência de formalização do mercado de trabalho, marca positiva do mercado na última década”. O boletim também avalia que a Indústria de Transformação foi o setor que mais eliminou postos de trabalho em 2016.

Também o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) registrou retração nos vínculos com carteira assinada em 2016: o saldo do ano foi de destruição de 1,3 milhão de postos formais de trabalho. Além disso, em dezembro de 2016, o salário médio dos trabalhadores admitidos foi 17% menor do que o dos desligados, ou seja, demite-se para contratar com um salário mais baixo.

As negociações coletivas também tiveram resultados desfavoráveis: apenas 23,4% tiveram, em 2016, reajustes acima da inflação, alterando tendência dos últimos anos. Assim, 2017 deve ser um ano difícil para os trabalhadores.

Reforma trabalhista – PL 6787/2016

A proposta da reforma trabalhista (PL 6787/2016) retoma os mesmos argumentos do debate dos anos 1990. Baseia-se na premissa de que as leis trabalhistas são muito rígidas no Brasil (o que contrasta, por exemplo, com a alta rotatividade da mão de obra brasileira), de que na comparação internacional o salário brasileiro é alto (mas, na indústria por exemplo, um trabalhador brasileiro já tem salário mais baixo que um trabalhador chinês) e de que a retirada de direitos (ou flexibilização) geraria empregos. No entanto, ela contribui para criar uma sociedade mais desigual e pode permitir a redução do consumo na sociedade e retardar a recuperação econômica.

Propostas

Uma das principais propostas da reforma é “a prevalência do negociado sobre o legislado”: se o PL for aprovado, trabalhadores poderão negociar os termos de sua contratação em patamares inferiores aos estabelecidos pela CLT. A possibilidade de abrir mão de direitos já adquiridos para negociação é um passo para a perda destes direitos, já que o empregador tem mais poder de impor as condições em que oferta a vaga, ainda mais em período de crise.

Uma das propostas do governo é de estabelecer a figura do “delegado sindical” que poderá negociar com os empregadores em nome dos trabalhadores, excluindo o sindicato. O PL ainda permite redução do intervalo mínimo para descanso de trinta minutos durante a jornada (atualmente o mínimo é de uma hora diária) e extensão do número de horas extras permitida em um dia de trabalho. Pelas regras atuais, admite-se que um trabalhador possa realizar no máximo duas horas extras, mas, se o PL for aprovado, será aceita a realização de até quatro horas extras. Isso resultaria em jornadas de trabalho de doze horas por dia sem que necessariamente ocorra o pagamento extra (que atualmente é, no mínimo, 50% a mais que a hora normal). Além disso, contratos temporários poderão ocorrer por 120 dias prorrogáveis por mais 120, ou seja, podem durar até oito meses. Ao finalizar esse período, seria possível demitir sem verbas rescisórias.

Retirar direitos em tempos de crise

A retirada dos direitos trabalhistas diminui a renda do trabalhador direta ou indiretamente e transfere renda do trabalhador para o empregador. Tem efeitos negativos na atividade econômica, pois proporcionalmente o trabalhador gasta mais da sua renda que o empregador, que poupa proporcionalmente mais.

O estímulo à atividade econômica é fator crucial para a geração de empregos: ela não depende da redução de direitos, mas do crescimento econômico, consumo e demanda. Ainda, o Fundo Monetário Internacional (FMI), conhecido pelo apoio a medidas de flexibilização do mercado de trabalho, aponta em recente relatório que leis trabalhistas não afetam a produtividade. No caso brasileiro, até 2014, foi

alcançada uma das menores taxas de desemprego que se tem registro na série histórica, sem redução de direitos.

Apostar na redução do consumo (com a ampliação de contratos precários de trabalho e a queda no rendimento do trabalho) em momento de crise econômica pode ser contraproducente: só há investimento se existe a expectativa de que haja consumo e ampliação da atividade econômica.

Reforma da Previdência – PEC 287/2016

A proposta de Reforma da Previdência (PEC 287/2016) não tem sido discutida com transparência por parte do governo quanto às projeções atuariais para a Previdência, o impacto da mudança nas regras na desigualdade social etc. Entre outras alterações, a Reforma propõe:

- 1) extinguir a aposentadoria por tempo de contribuição;
- 2) estabelecer idade mínima única para aposentadoria (aos 65 anos) para quase todos os trabalhadores;
- 3) mudar o cálculo e reduzir o valor dos benefícios previdenciários em geral;
- 4) proibir acúmulo de benefícios, como pensões e aposentadorias;
- 5) desvincular benefícios assistenciais e pensões do salário mínimo.

Previdência e gênero

Um ponto polêmico da proposta de Reforma, a ser analisado à luz do dia internacional de luta da mulher, é a equiparação proposta na idade para aposentadoria de homens e mulheres. A proposta de equiparação do governo desconsidera:

Jornada dupla e diferenças no mercado de trabalho: a Reforma desconsidera as condições desfavoráveis enfrentadas pelas mulheres no trabalho (menor taxa de participação, maior desemprego e menor rendimento), além da dupla (ou tripla) jornada, tendo em vista a quantidade de horas por semana dedicadas aos afazeres domésticos e ao cuidado com os filhos (em média, uma mulher ocupada acima de dezesseis anos trabalha quase

73 dias a mais que um homem em um ano). Apesar de os homens trabalharem mais horas fora de casa, no trabalho remunerado, a somatória do tempo de trabalho total (remunerado e doméstico) mostra que a jornada de trabalho feminina é mais extensa.

O fato de as mulheres se responsabilizarem pelo trabalho doméstico lhes tira tempo e as exclui dos espaços públicos, mas o reconhecimento da importância deste trabalho e de que as mulheres o realizam majoritariamente é o que justifica historicamente algumas regras previdenciárias diferenciadas por gênero. Ao propor igualar as idades, aumentaria a sobrecarga das mulheres.

Piso previdenciário: o patamar do piso previdenciário afeta mais as mulheres, já que piores rendimentos e mais precárias vinculações as empurram para o recebimento do benefício de valor mínimo. A desigualdade salarial entre homens e mulheres reflete-se ainda na aposentadoria, que é baseada na remuneração média.

Expectativa de vida das mulheres: argumenta-se a favor da aproximação das idades de aposentadoria pela maior expectativa de vida ao nascer das mulheres. A expectativa de vida ao nascer dos homens é 7,2 anos menor que das mulheres, fruto de maior mortalidade de homens jovens, especialmente por acidentes ou homicídios. Já aos 60 anos, a diferença já é de 3,6 anos e, aos 65 anos, é de 3,1 anos. Assim, a diferença na expectativa de vida diminui muito com o tempo.

Papel das políticas públicas: Na União Europeia, há maior igualdade entre as idades mínimas de aposentadoria de homens e mulheres, mas isso tem ocorrido de forma gradual e acompanhado de políticas de cuidado (creches, apoio a idosos e pessoas com deficiências) e compensações às mulheres. A simples supressão da diferença de idade leva a maior desigualdade de gênero.

Interesses

A Reforma da Previdência é “gêmea” da PEC 55, que estipula um novo regime fiscal para o Brasil. Com a aprovação da PEC, faz-se necessário conter o crescimento dos gastos previdenciários no país,

jogando a conta da crise fiscal para os que dependem e dependerão da Previdência. Ganham, por exemplo, as instituições que promovem previdência privada.

Um exemplo dos interesses privados na Reforma fica evidente pela análise do perfil do relator da PEC 287/16, deputado Arthur Maia (PPS-BA). Maia recebeu doações de campanha do Itaú, Santander, Safra e Bradesco, que ganhariam muito com a abertura de espaço para a previdência privada. Além disso, ele também defendeu no Congresso que o regime da Previdência só seja diferenciado para mulheres ca-

sadas ou mães.

Outro interesse que permanece intacto com a reforma é o das grandes empresas devedoras à Previdência: a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional divulgou a lista das 500 empresas com os maiores débitos com a Previdência Social e as duas maiores dívidas seriam da Massa Falida da Varig e da JBS S.A. Ainda, as dívidas dos municípios com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) somam R\$ 99,6 bilhões em contribuições previdenciárias, o que onera o sistema previdenciário.

ECONOMIA



Analizamos nesta edição o 'nível de atividade', 'comércio exterior', 'política monetária e inflação' e 'indústria'. Tal como nos boletins anteriores, foram considerados os dados mais atualizados divulgados por instituições oficiais de acompanhamento da atividade econômica. Destacamos aqui dados oriundos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Banco Central do Brasil (BCB) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

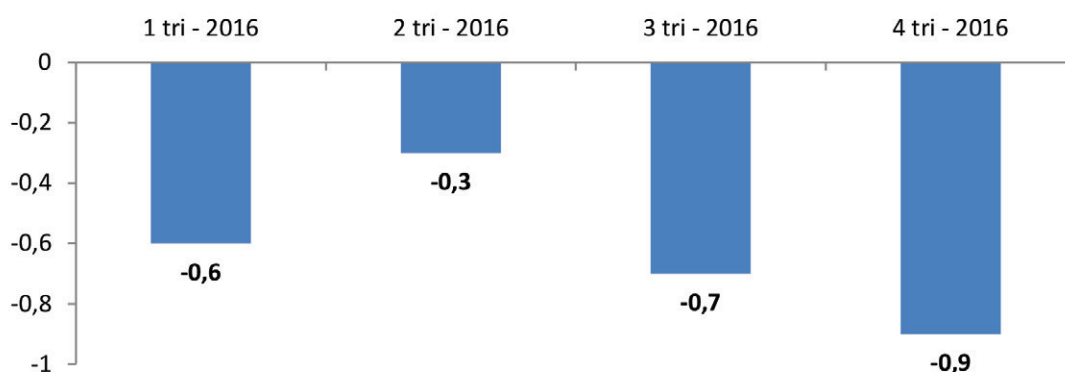
De forma geral, os dados não revelam a volta do crescimento da economia. No melhor dos cenários, a recessão se apresenta num ritmo mais brando. Por trás do superávit da balança comercial há uma forte retração de setores dinâmicos da economia e uma clara dependência do setor primário. Quanto à política monetária, esta se mostrou adversa à retomada do crescimento e agravou o ambiente econômico já abalado com impacto negativo no emprego e na renda dos brasileiros. A redução da Selic não acompanha o ritmo de queda da inflação, de forma que vem em uma cadência muito inferior à necessidade para provocar uma recuperação. No que tange à produção industrial, embora na comparação anual exista um resultado otimista em relação a 2016, na comparação mensal a queda da produção de janeiro traz à tona perspectivas ainda nebulosas.

Nível de atividade

Geralmente, na ausência de dados recentes sobre o PIB, são utilizadas informações provenientes do IBC-Br para mensuração da atividade econômica no país. O IBC-Br serve como uma prévia do PIB e é calculado pelo BCB. No entanto, no início de março deste ano, o IBGE divulgou o PIB do ano de 2016. Esta se configura como a informação mais recente sobre a atividade econômica brasileira.

Assim, os dados revelam que o Produto Interno

Bruto (PIB) brasileiro caiu pelo segundo ano seguido em 2016 e confirmou a pior recessão da história. A queda foi de 3,6% em relação ao ano anterior. Em 2015, a economia já havia retraído 3,8%. Analisando na margem (comparação de um trimestre com o imediatamente anterior), é possível ver que ao longo do ano de 2016 houve uma piora do PIB. A queda se aprofundou do segundo trimestre de 2016 para o último do mesmo ano. Ou seja, a recessão se acentuou ao longo do ano. O gráfico abaixo é ilustrativo:



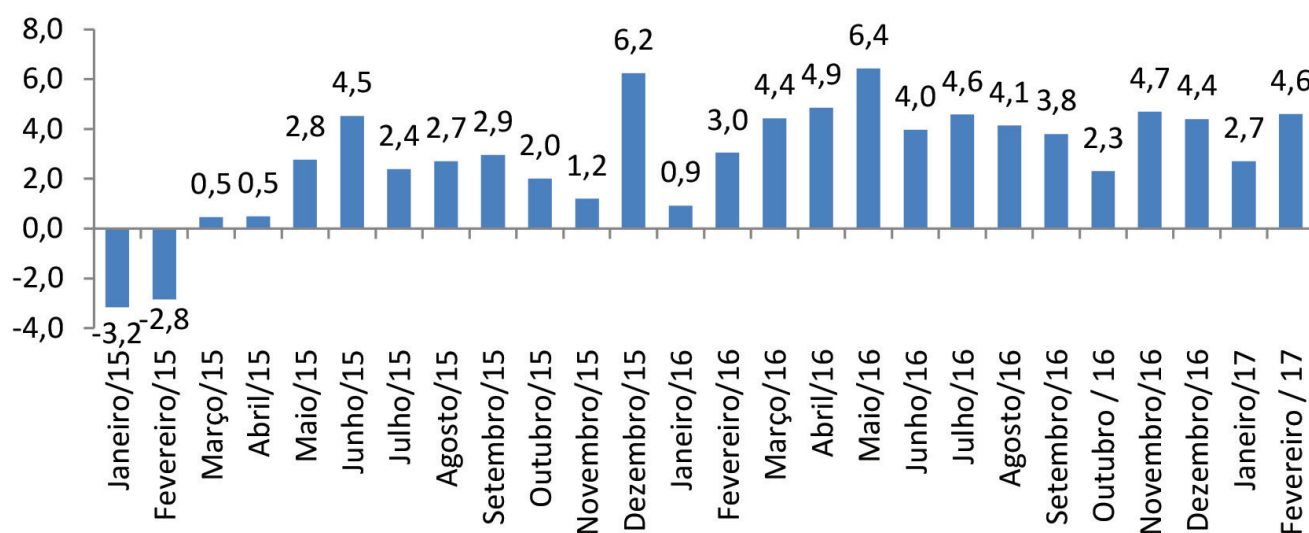
Fonte: IBGE

Ademais, os três setores da economia (primário, indústria e serviços) foram atingidos. A queda na agropecuária foi de 6,6%, puxada pela agricultura. Na indústria, a retração foi de 3,8%, influenciada pela indústria de transformação; e, nos serviços, de 2,7%. O resultado catastrófico de 2016 é resultado da contração da renda da economia, do aumento do desemprego, da crescente perda de demanda da economia e perda de investimentos no setor produtivo. Claramente os dados refutam a hipótese de que o golpe teria ensejado uma mudança de expectativas empresariais em favor dos investimentos. Embora recentemente tenha ocorrido uma queda da taxa de juros, esta veio em uma cadência muito inferior à necessidade para provocar uma recuperação. Em termos reais, a redução da Selic não acompanha o ritmo de queda da inflação.

Comércio Exterior

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio, a balança comercial de fevereiro registrou um saldo positivo de US\$ 4,56 bilhões. Houve um crescimento de 22,4% das exportações na comparação com fevereiro de 2016. E, nas importações, o crescimento foi de 11,8% sobre o mesmo período. O resultado positivo de fevereiro ocorreu após o superávit de US\$ 2,725 bilhões no primeiro mês deste ano. Tal resultado positivo, também chamado de superávit, ocorre quando as exportações, vendas do Brasil para parceiros de negócios no exterior superam as importações, que são as compras do país também no exterior.

Gráfico 1 – Balança Comercial



Fonte: MDIC

O perfil dos setores que compuseram o superávit de fevereiro da balança comercial continua bem similar ao do mês anterior. Nas exportações, comparando com fevereiro de 2016, os destaques se deram nas vendas de petróleo bruto (crescimento de 326,6%), minério de ferro (126,2%), soja em grão (107%), carne suína (40%), óleos combustíveis (480,7%), veículos de carga (38,8%), ferro fundido (139%), óleo de soja bruto (109,9%) e semimanufaturados de ferro e aço (92,6%). Como é possível notar, o resultado se deve ao preço das commodities, que tem apresentado significativa

recuperação no período analisado. O principal destaque para o crescimento dos seus preços, a saber, são soja em grão, minério de ferro e petróleo bruto, tal como no mês anterior.

Quanto às importações, o crescimento não se deu em setores que poderiam sinalizar uma recuperação da economia. Isto porque, na comparação com fevereiro de 2016, houve aumento na compra de combustíveis e lubrificantes (34,9%) e bens intermediários (16,3%), com expressiva retração na aquisição de bens de capital (9,8%) e consumo (4,4%). A capacidade ociosa da indús-

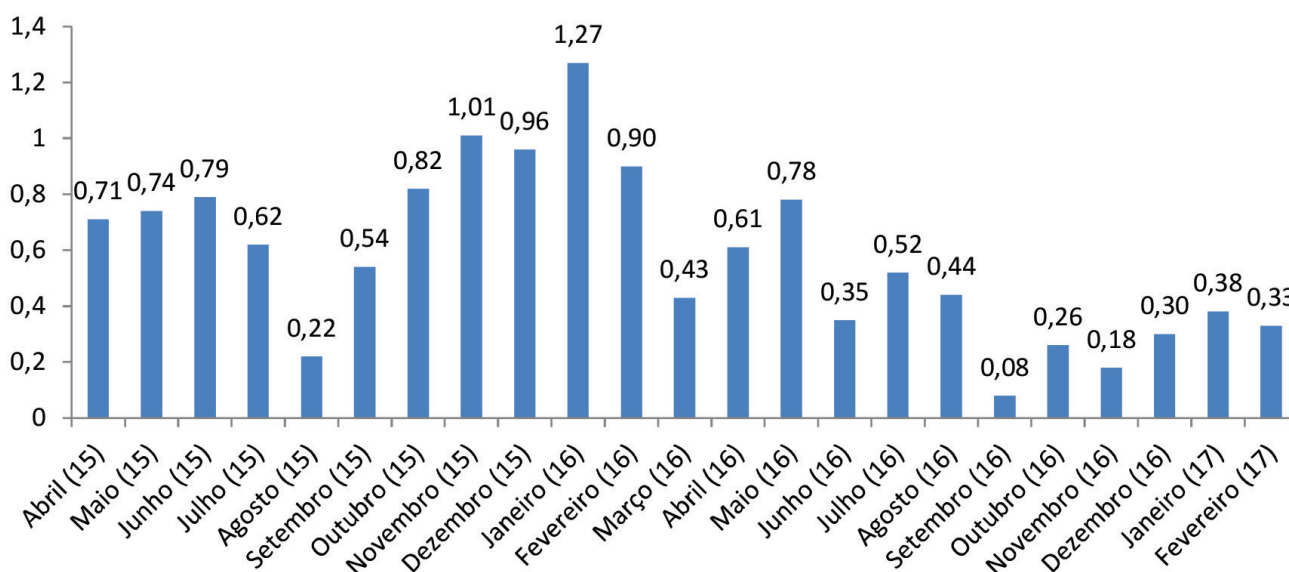
tria é significativa, de forma que a retração das importações no setor de bens de capital é preocupante, pois o dado não revela um processo, por exemplo, de substituição de importações, e sim de paralisia da indústria. Resumidamente, por trás do superávit da balança comercial há uma forte retração de setores dinâmicos da economia e uma clara dependência do setor primário.

Política Monetária e Inflação

Dados do IBGE mostram que Índice de Preços ao Consumidor - Amplo (IPCA), considerado para mensurar a inflação oficial do país, ficou em 0,33% em fevereiro de 2017. O resultado veio abaixo do esperado e é o mais baixo para fevereiro desde

2000. No ano passado, para o mesmo mês, o índice havia registrado 0,90%. No primeiro bimestre, o IPCA acumula alta de 0,71%. Em uma ótica dos últimos doze meses, até fevereiro, a alta da inflação está em 4,76%. O número é próximo do centro da meta de inflação (4,5%) perseguida pelo Banco Central. É a primeira vez que o IPCA acumulado em doze meses fica abaixo de 5% desde junho de 2012. Alguns fatores explicam a representativa desaceleração da inflação, a saber, os choques referentes ao câmbio, atenuação do repasse inflacionário advindo de preços administrados e o arrefecimento dos aumentos dos preços advindos do setor de alimentos. Ademais, a acentuada crise econômica e o aumento do desemprego tendem a impactar a inflação.

Gráfico 2 - Inflação (IPCA)



Fonte: IBGE

Analisando a inflação do mês nota-se que esta foi significativamente impactada pelo grupo Educação, que apresentou alta de 5,04% e impacto de 0,23 p.p. Por outro lado, o grupo Alimentação e Bebidas apresentou queda de 0,45%, ajudando na contenção de alta do índice, tendo em vista o impacto de -0,11 p.p.

A alta de 5,04% no grupo Educação é explicada

pelos reajustes frequentemente praticados no início do ano letivo, em especial os aumentos nas mensalidades dos cursos regulares, cujos valores subiram 6,99%, provocando o mais alto choque individual sobre o índice do mês (0,21 p.p.). Segundo o IBGE, regionalmente, os cursos regulares tiveram aumentos entre 4,94% (São Paulo) e 10,13% (Salvador).

Como dito anteriormente, diante da recessão eco-

Tabela 1 - Resultados dos grupos de produtos e serviços pesquisados

Grupo	Variação (%)		Impacto (p.p.)	
	Janeiro	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro
Índice Geral	0,38	0,33	0,38	0,33
Alimentação e Bebidas	0,35	-0,45	0,09	-0,11
Habitação	0,17	0,24	0,03	0,04
Artigos de Residência	-0,10	0,18	0,00	0,01
Vestuário	-0,36	-0,13	-0,02	-0,01
Transportes	0,77	0,24	0,14	0,04
Saúde e Cuidados Pessoais	0,55	0,65	0,06	0,08
Despesas Pessoais	0,45	0,31	0,05	0,03
Educação	0,29	5,04	0,01	0,23
Comunicação	0,63	0,66	0,02	0,02

Fonte: IBGE

nômica no país, as projeções para a inflação neste ano vêm se aproximando do centro da meta de 4,5% mais rapidamente. Alguns analistas econômicos argumentam que o resultado é fruto de uma política monetária efetiva em conter a inflação e ancorar as expectativas. Tal visão se mostra míope quanto à identificação dos reais fatores por trás da desaceleração da inflação. Não compreende o impacto da desvalorização do câmbio nos preços. Desconsidera o efeito dos preços administrados e, mais especificamente, o efeito da recessão sobre a inflação. A política monetária extremamente adversa à retomada do crescimento agravou a recessão com impacto deletério sobre no emprego e na renda dos brasileiros.

Indústria

Dados do IBGE mostram que, em janeiro de 2017, houve queda da produção industrial quando comparada com o mês anterior. No confronto com igual mês do ano anterior, em janeiro houve alta de 1,4% na comparação com o mesmo mês de 2016. O dado representa uma interrupção de uma série de 34 meses consecutivos de resultados negativos neste tipo de comparação. As quatro grandes categorias econô-

micas (bens de capital, bens intermediários, bens de consumo duráveis e bens de consumo semiduráveis e não duráveis) registraram resultados positivos nesta comparação.

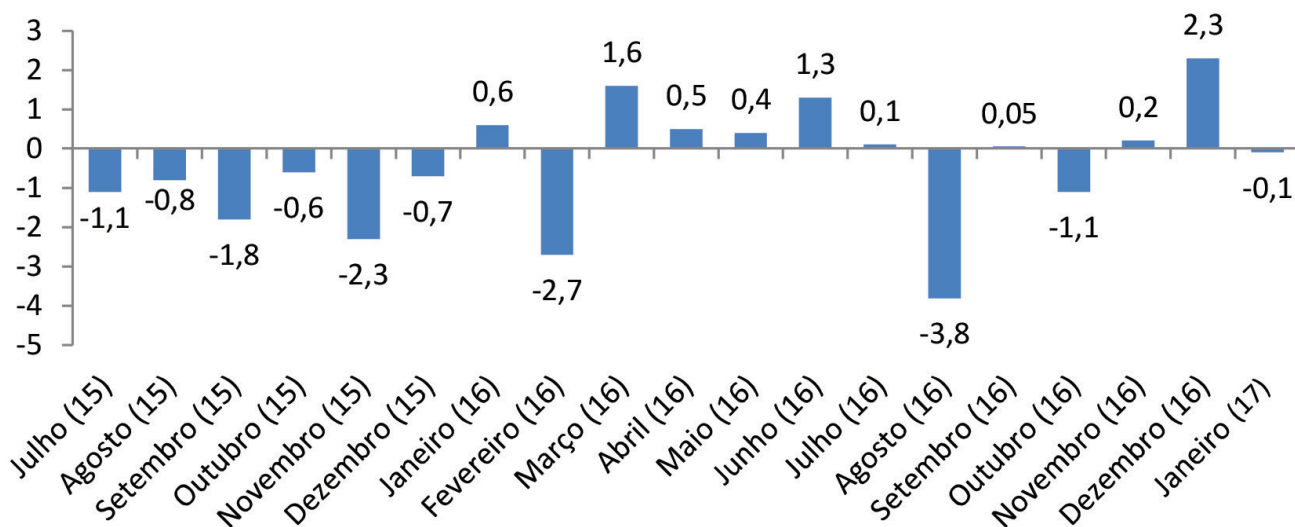
Na variação mensal, a queda de 0,1% da produção industrial na passagem de dezembro de 2016 para janeiro de 2017 foi registrada em doze dos 24 ramos pesquisados. Cabe destacar o recuo de 10,7% assinalado por veículos automotores, reboques e carrocerias, que cessou dois meses consecutivos de crescimento da produção, período em que acumulou ganho de 18,7%. Foram expressivas também a queda da produção de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-12,5%), de máquinas e equipamentos (-4,9%), de confecção de artigos do vestuário e acessórios (-7%) e de produtos de borracha e de material plástico (-3,8%). No mês anterior, ou seja, dezembro de 2016, essas atividades haviam apresentado taxas positivas de 17,7%, 1,6%, 10,8% e 8%, respectivamente.

Ainda na comparação mensal, em uma análise das grandes categorias econômicas, bens de consumo duráveis (-7,3%) e bens de capital (-4,1%) mostraram as taxas negativas mais acentuadas em janeiro de 2017. Tal como destacado pelo IBGE, o primeiro perdeu parte do ganho de 12% acumulado nos dois

últimos meses do ano passado; e o segundo acentuou o recuo de 3,8% registrado em dezembro de 2016. Por outro lado, os setores de bens de consumo semi e não-duráveis (3,1%) e de bens intermediários

(0,7%) apresentaram resultados positivos em janeiro. O primeiro avançou 7,4% em dois meses seguidos de crescimento na produção; e o segundo acumulou expansão de 3,2% nos últimos três meses.

Gráfico 3 – Produção Industrial



Fonte: IBGE

Embora na comparação anual a produção industrial apresente um resultado otimista em relação a 2016, na comparação mensal, a queda da produção de janeiro traz à tona perspectivas ainda nebulosas. No atual cenário, o BCB teria de acentuar a redução

da Selic e sinalizar um patamar mais adequado ao câmbio, além de volatilidade menor. O setor manufatureiro caracterizado como lócus do desenvolvimento econômico precisa ser trazido ao centro do debate para a recuperação econômica.

TERRITORIAL



Apesar do número de trabalhadores informais ter reduzido de 34,6 para 34 milhões entre o final de 2015 e de 2016, estas pessoas que saíram da informalidade seguiram muito mais para o desemprego e desalento do que para a formalidade. Esta, por sua vez, também reduziu seu contingente de 53,7 milhões para 52,1 milhões de trabalhadores, contribuindo para os “novos” 3,3 milhões de desempregados neste período.

À exceção do desemprego, que cresceu de 9% para 12% na média nacional e para todos os estados do país, o emprego informal e formal apresentaram resultados bem distintos para cada unidade da federação, algo que será apresentado neste breve estudo.

A PRESENÇA E MOVIMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL

É interessante observar na Tabela 1 a maior proporção da presença de trabalhadores informais nas regiões Nordeste e Norte se considerada a concentração populacional total no último trimestre de 2016. O Nordeste concentrava 27,6% da população do país e 33,7% dos trabalhadores informais, e o Norte 8,5% da população e 11,7% dos informais, o que

dá indícios de maior fragilidade na inserção do trabalhador nestas regiões na comparação com as demais. Já o Sudeste tinha 42% da população e 35,5% dos informais; e o Sul 14,3% da população e 11,2% dos informais. A região Centro-Oeste é a que manteve maior equilíbrio, com 7,6% da população e 7,9% dos trabalhadores informais.

Tabela 1. Número de trabalhadores informais por grande região

Grandes regiões da federação	População total		Trabalhadores Informais					
	4º trimestre de 2016		4º trimestre de 2015		4º trimestre de 2016		Variação 2015-2016	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
NORTE	17.509.469	8,5	4.098.346	11,8	3.968.715	11,7	-129.631	-0,2
NORDESTE	56.900.174	27,6	12.290.811	35,5	11.464.320	33,7	-826.491	-1,8
CENTRO-OESTE	15.621.694	7,6	2.710.889	7,8	2.682.726	7,9	-28.163	0,1
SUDESTE	86.583.955	42,0	11.606.044	33,5	12.100.062	35,5	494.019	2,0
SUL	29.483.658	14,3	3.897.740	11,3	3.826.491	11,2	-71.248	-0,1
BRASIL	206.098.950	100,0	34.603.830	100,0	34.042.315	100,0	-561.515	---

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNADC/IBGE. 4º trimestre de 2015 e de 2016.

A População Economicamente Ativa (PEA) é formada pela soma dos ocupados e desempregados. Vale salientar que, do universo dos ocupados, este estudo não contabilizou a ocupação empregadores, por não entendê-los como assalariados informais ou formais. Isto posto, observada a variação do número de informais no período comparativo do quarto trimestre de 2015 ao mesmo período de 2016, é perceptível a redução de mais de meio milhão de pessoas neste perfil no país. A redução dos trabalhadores informais em 1,6% apenas parece positivo à primeira vista. Porém, houve também redução dos formais em 3% e um pequeno aumento da PEA, de 1,3%, além do crescimento da desocupação em três pontos percentuais (9% para 12%) no mesmo período¹. Pode-se concluir portanto que tais pessoas não migraram para a formalidade, e sim para a situação de desemprego. A região Nordeste, com retirada de 826.491 pessoas da informalidade, acaba sendo o mais drástico exemplo, pois além de apresentar redução no número de trabalhadores informais (6,7%) também apresenta diminuição de trabalhadores formais (4,7%) e da PEA (1,2%). Já o desemprego aumentou nesta região em 3,9 pontos percentuais.

O Sudeste foi a única região que apresentou aumento do número de informais, cerca de 4,3%, ou 494.019 trabalhadores. Como também apresentou redução do número de formais em 3,1%, aumento da PEA em 2,5% e do desemprego em 2,7 pp, o que indica a migração de parte

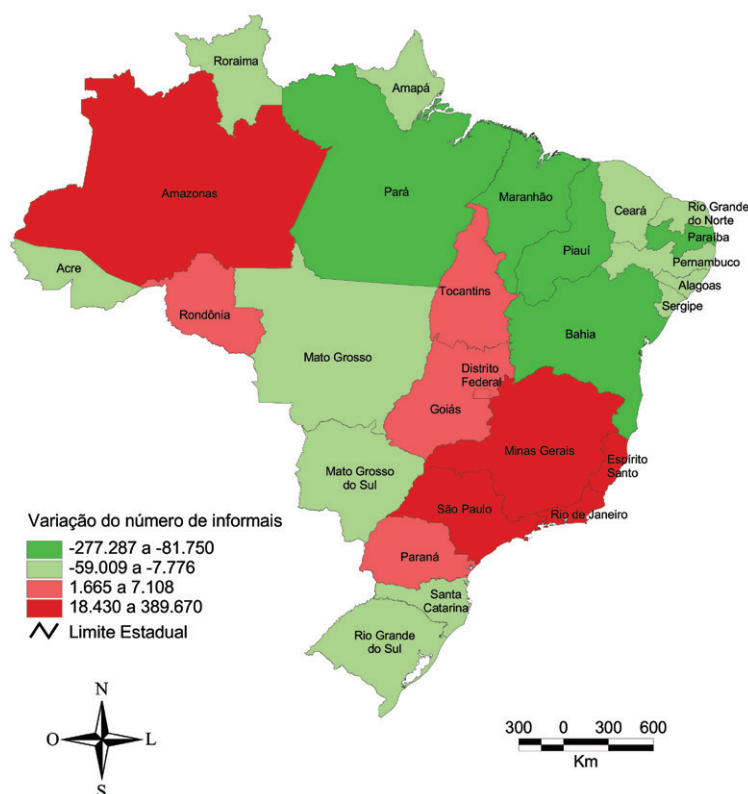
do mercado formal para a informalidade e o desemprego.

Varição dos trabalhadores informais nos estados da federação

Pode-se notar no Mapa 1 que a variação do número de trabalhadores informais se deu de maneira bastante distinta regionalmente. Das 27 unidades federativas do país, dezessete apresentaram redução e dez apresentaram crescimento.

Bahia, com redução de 277.286 trabalhadores informais, Maranhão, com 203.718, Pará, com 128.494, Piauí, com 92.334, e Paraíba, com 81.750, todos da região Nordeste, foram os estados que apresentaram maior redução de trabalhadores informais. O Amazonas, com 36.924 novos trabalhadores informais, e os demais estados do Sudeste: São Paulo, com 389.670 novos trabalhadores informais, Rio de Janeiro, com 58.342, Minas Gerais, com 27.577, e Espírito Santo, com 18.430 “novos informais”, foram os que mais apresentaram crescimento deste segmento. A proporção de novos trabalhadores informais em relação aos assalariados no geral foi maior no Amazonas, onde representaram 1,8% do total de assalariados. Já em Minas esta proporção foi bem menor, 0,2% deste total.

Mapa 1. Variação do número de trabalhadores informais no total de trabalhadores

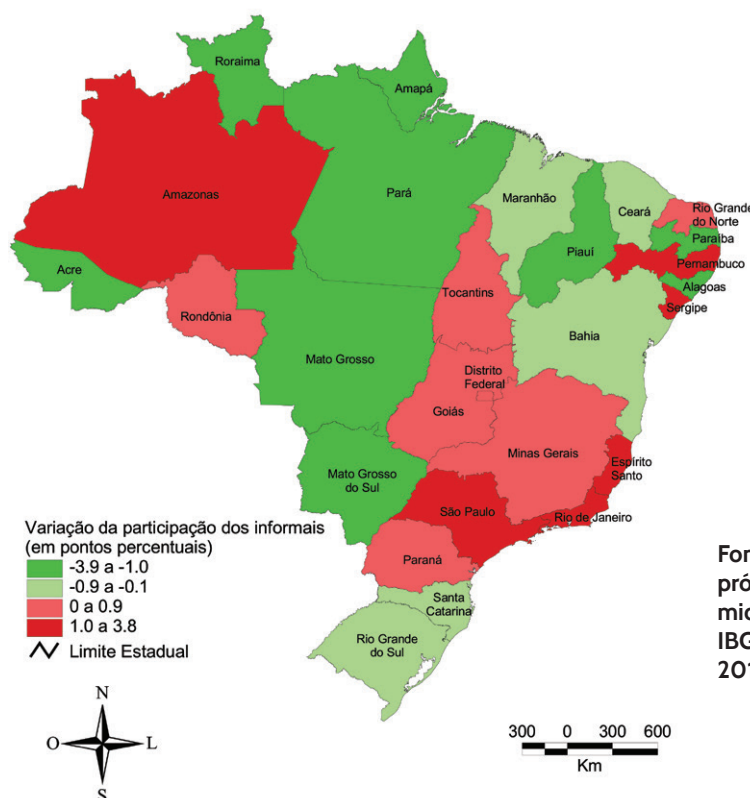


Varição da proporção dos trabalhadores informais nos estados da federação

Analisar a variação proporcional dos trabalhadores informais em relação ao total de trabalhadores assalariados de cada estado fornece uma visão mais realista de seu impacto regional. Como é possível observar no Mapa 2, catorze estados passaram por

redução dos informais no total dos assalariados. Isso ocorreu com maior intensidade nas regiões Norte e Nordeste. Roraima apresentou a maior redução, 3,9 pontos percentuais (50,4% para 46,5%), seguida pelo Piauí, 1,7pp (63,5% para 61,8%), Acre, 1,7pp (58,5% para 56,8%), e Alagoas, 1,5pp (48% para 46,5%).

Mapa 2. Variação da participação dos trabalhadores informais no total de trabalhadores



A complexa movimentação da informalidade e aspectos relacionados

Como dito anteriormente, vários são os fatores que caracterizam a saúde do mercado de trabalho. Não basta apenas o número de informais cair se estes estão prioritariamente dando corpo ao universo dos desempregados. Por isso a Tabela 2 mostra a variação, no período analisado, do trabalho assalariado informal e formal, da PEA e do desemprego.

A quantidade de informais regrediu massivamente nos estados de Roraima (16,1%), Maranhão (11,4%), Piauí (11%) e Acre (10,5%). A região com maior redução foi a Nordeste, com queda de 6,7%. Já São Paulo (7,3%), Amazonas (4,3%), Espírito Santo (2,9%) e Rio de Janeiro (2,7%) apresentaram significativos aumento dos trabalhadores neste perfil.

A quantidade de trabalhadores formais cresceu em apenas três estados: Mato Grosso do Sul (2,4%), Ceará (1%) e Mato Grosso (0,9%). Ainda assim, nenhuma grande região teve saldo positivo neste aspecto. Por outro lado, apresentaram maior redução de trabalhadores neste perfil o Amazonas, com redução de 11,1%, e Maranhão, com 10,1%. A região Nordeste foi a mais prejudicada neste aspecto, com redução média de 4,7%.

O desemprego aumentou mais nas regiões Norte (4,1pp) e Nordeste (3,9pp). Os estados Amazonas (5,7pp), Sergipe (5,1pp) e Rio de Janeiro (4,9pp) apresentaram maiores variações de crescimento do desemprego. Já as regiões Sul, com 2pp, e Sudeste, com 2,7pp, foram as menos afetadas, e os estados Roraima, com 1,1pp, Piauí, com 1,6pp e Minas Gerais, Rio Grande do Sul, com 1,8pp, os menos afetados.

A PEA apresentou redução em nove estados, todos do Norte e Nordeste, principalmente, em Roraima (6,4%), Piauí (5,8%) e Maranhão (5,4%). Já no Centro-Oeste

(3,5%) e Sudeste (2,5%) apresentou os maiores crescimentos, bem como no Distrito Federal (6,1%) e Amazonas (4,2%).

Tabela 2. Variação do Trabalho informal e formal, PEA e desemprego

Unidade territorial	Variação 2015-2016			
	Variação da informalidade (em %)	Variação da formalidade (em %)	Variação da PEA (em %)	Variação do Desemprego (em p.p.)
Acre	-10,5	-4,2	-4,0	4,0
Amapá	-4,9	-0,7	2,1	4,1
Amazonas	4,3	-11,1	4,2	5,7
Pará	-6,0	-1,1	-0,2	4,1
Rondônia	0,5	-1,9	1,7	1,5
Roraima	-16,1	-1,8	-6,4	1,1
Tocantins	0,7	-3,1	3,0	4,1
NORTE	-3,2	-3,7	1,0	4,1
Alagoas	-7,9	-2,2	-1,1	3,5
Bahia	-7,8	-4,7	-1,6	4,4
Ceará	-2,3	1,0	3,3	3,4
Maranhão	-11,4	-10,1	-5,2	4,8
Paraíba	-9,4	-5,3	-3,7	2,4
Pernambuco	-3,4	-7,4	0,0	4,6
Piauí	-11,0	-4,4	-5,8	1,6
Rio Grande do Norte	-3,0	-3,5	-0,8	2,5
Sergipe	-2,0	-6,6	2,1	5,1
NORDESTE	-6,7	-4,7	-1,2	3,9
Espírito Santo	2,9	-5,2	3,1	4,5
Minas Gerais	0,8	-2,1	1,5	1,8
Rio de Janeiro	2,7	-5,6	2,7	4,9
São Paulo	7,3	-2,5	2,8	2,3
SUDESTE	4,3	-3,1	2,5	2,7
Paraná	0,5	-3,1	1,3	2,3
Rio Grande do Sul	-2,7	-1,9	0,3	1,8
Santa Catarina	-4,7	-0,6	0,7	2,0
SUL	-1,8	-2,0	0,8	2,0
Distrito Federal	0,9	-0,4	6,1	4,2
Goiás	0,3	-2,2	2,6	3,5
Mato Grosso do Sul	-2,7	2,4	3,6	2,3
Mato Grosso	-3,7	0,9	3,0	3,8
CENTRO-OESTE	-1,0	-0,4	3,5	3,5
BRASIL	-1,6	-3,0	1,3	3,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNADC/IBGE. 4º trimestre de 2015 e de 2016.

A variação da PEA é totalmente afetada pelos aspectos anteriores. Notadamente os maiores crescimentos da informalidade e do desemprego influenciaram o crescimento da PEA nos estados do Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Tocantins. Em São Paulo, estado com maior crescimento percentual de trabalhadores informais (7,3%), o motivo do crescimento da PEA parece ter sido este. Já em Sergipe, com redução tanto dos assalariados informais quanto formais, o maior número de pessoas procurando emprego dá indicação de ter sido o responsável pelo aumento da PEA estadual. Apenas no Mato Grosso do Sul, que apresentou o maior crescimento do emprego formal (2,4%), parece ter sido este o fator de maior relevância para o aumento da PEA local.

A queda da PEA no Maranhão (5,2%) e Acre (4%) foi motivada por uma drástica combinação de grande saída do mercado de trabalhadores formais e informais, apesar do grande aumento do desemprego em ambos, que foi de 4,8pp e 4pp respectivamente. Já em Roraima e no Piauí, apesar da redução significativa de trabalhadores informais e formais, o desemprego foi muito inferior à média nacional, o que indica que tais trabalhadores se encaminharam para a situação de desalento.

A perda do emprego formal parece aumentar as taxas de desemprego mais do que a perda do informal. A média do crescimento do desemprego dos seis estados mais afetados pela redução de empregos formais foi de 4,5pp, enquanto a dos seis estados mais afetados pela redução de empregos informais foi de 2,9pp. Em consequência, a maior redução do emprego formal afetou negativamente o desemprego nos estados nordestinos de Sergipe, com crescimento do desemprego de 5,1pp, Maranhão, com 4,8pp, e Pernambuco, com 4,6pp, além de Amazonas, com 5,7pp, Rio de Janeiro, com 4,9pp, e Espírito Santo,

4,5pp. Sendo que os três últimos apresentaram tais taxas de desemprego, mesmo com o aumento do emprego informal. A situação inversa também parece reproduzir esta lógica, pois Ceará, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os únicos estados com ampliação do mercado formal no período, apresentam crescimento do desemprego próximos à média nacional.

Aspectos metodológicos

Como já mencionado, existem diferentes metodologias que buscam caracterizar o setor e o trabalho informal. Tradicionalmente os trabalhadores assalariados e empregados domésticos não registrados são contabilizados como trabalhadores informais. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e alguns outros autores² costumam agregar neste grupo o conjunto dos trabalhadores autônomos, também referenciados como os que trabalham por conta própria. Como nos últimos anos mais processos de formalização vêm sendo incorporados por estes³, optou-se por separar o grupo entre os que contribuem à Previdência Social, então caracterizados como trabalhadores formais, e os que não contribuem, consequentemente caracterizados como trabalhadores informais. A estes perfis ainda se soma o trabalhador familiar auxiliar, devido ao costumeiro perfil de sub-registro e baixa remuneração.

Optou-se também pela captação dos dados do emprego principal do trabalhador, uma vez que esta costuma ser sua fonte de renda mais relevante. Tais opções metodológicas podem ser observadas na tabela 3, onde são cruzadas a condição no mercado de trabalho (formal ou informal) com a posição na ocupação e categoria do emprego principal do trabalhador, e que já tiveram seus resultados analisados acima. Vale também salientar que as 4,1 milhões de pessoas categorizadas na ocupação como 'empregadores', não foram classificadas como trabalhador informal ou formal.

Tabela 3. Posição da ocupação e categoria do emprego por condição no mercado de trabalho

Posição da ocupação e categoria do emprego	Estatística	Condição no Mercado de Trabalho		Total de assalariados ocupados
		Trabalhador informal	Trabalhador formal	
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	Nº	---	34.005.374	34.005.374
	%	---	65,3	39,5
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	Nº	10.516.685	---	10.516.685
	%	30,9	---	12,2
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	Nº	---	1.945.991	1.945.991
	%	---	3,7	2,3
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	Nº	4.162.003	---	4.162.003
	%	12,2	---	4,8
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	Nº	---	1.146.666	1.146.666
	%	---	2,2	1,3
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	Nº	2.041.710	---	2.041.710
	%	6,0	---	2,4
Militar e servidor estatutário	Nº	---	8.061.985	8.061.985
	%	---	15,5	9,4
Conta-própria	Nº	15.214.750	6.914.111	22.128.861
	%	44,7	13,3	25,7
Trabalhador familiar auxiliar	Nº	2.107.167	---	2.107.167
	%	6,2	---	2,4
Total	Nº	34.042.315	52.074.127	86.116.442
	%	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNADC/IBGE. 4º trimestre de 2016.

Para ver mais, consultar:

1. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral/IBGE do 4º trimestre de 2015 e de 2016.
2. Como por exemplo RAMOS, L.; FERREIRA, V. Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil - 1991-2003. IPEA, 2005. (Texto para Discussão, n. 1099).
3. Sobretudo o Microempreendedor Individual (MEI), que por outro lado também tem sido utilizado como ferramenta de precarização do trabalhador, quando este substitui o emprego formal nas empresas/instituições.

COMUNICAÇÃO



Esta edição traz uma análise das manifestações realizadas ao redor do mundo por ocasião do Dia Internacional da Mulher e suas repercussões nas redes sociais online. O discurso vexatório do presidente golpista Michel Temer no 8 de março foi destaque na imprensa internacional. E, na grande mídia nacional, a notícia do recuo do PIB de 2016 que denota a pior recessão da história foi atenuada por uma hipótese de que o pior já teria passado e a economia estaria começando uma recuperação.

O 8 de março nas redes sociais online

De 6 a 9 de março, acompanhamos, coletamos e processamos as principais hashtags envolvidas com o #8M, entre elas: #ParadaBrasileiraDeMulheres, #8MBrasil, #GreveInternacionaldeMulheres, #8M, #ParolInternacionalDeMulheres, #8DeMarço, #WomensStrike, #MujeresEnHuelga, #WomenStrike, #womenstrikeus, #march8strike, entre outras. O objetivo foi capturar menções de diversos lugares do mundo, buscando analisar como um todo a luta das mulheres e as manifestações que ocorreram nesse dia 8 de março.

O principal agrupamento na cobertura mundial de atos e paralisações envolvendo a data foi sulamericano. Comandado por perfis argentinos e com forte participação de perfis chilenos, contando também com perfis uruguaios. O fato de o cluster

formar-se por meio das redes latino-americanas - Argentina, Chile, Bolívia, Equador, Uruguai, por exemplo - traz consigo o peso das lutas feministas presentes nesse continente, como a luta pela legalização do aborto em alguns países e um posicionamento sobre o momento político da região, muito mais forte do que em outros clusters, tendo em vista o delicado momento político que muitos países latino-americanos vivem.

O segundo maior agrupamento da rede capturada é formado principalmente por usuários espanhóis, como o usuário oficial do *Podemos!*, por exemplo. Um ponto interessante e de distinção entre os dois maiores clusters é o tema do aborto. Enquanto a palavra [aborto] é muito debatida no cluster da América Latina, o tema praticamente inexistente no cluster europeu.

nos Aires, nas praças mexicanas ou nas ruas de Madrid. Enquanto a luta feminista caminha muito próxima à instabilidade política e de perda de direitos que marca a América Latina, na América do Norte o inimigo tem cara, ID e atende pelo nome de Donald Trump.

A maior recessão da história nos editoriais

A responsabilidade da política econômica do atual governo sobre a queda do Produto Interno Bruto de 3,6% em relação a 2015, que confirma uma tendência de aprofundamento da recessão, foi suavizada pela grande mídia. Em editorial publicado em 9/3, o jornal *O Estado de S.Paulo* reconhece o empobrecimento da população no geral e ainda que os efeitos da crise foram piores para os mais pobres. Mas aproveita para elogiar a rápida atuação do presidente golpista Michel Temer e seus ministros diante do anúncio do recuo do PIB. “Enquanto o público examinava os números divulgados na terça-feira de manhã pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o presidente Michel Temer e ministros conversavam com empresários no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Sem fugir do assunto e sem ficar lamentando a crise, o presidente e o ministro da Fazenda falaram sobre pontos fracos da economia e sobre o caminho para uma expansão duradoura. A agenda governamental, em boa parte antecipada no *Estado* de terça-feira, inclui ações de efeito rápido, como a retomada, com mudanças, do programa de concessões de infraestrutura.”

A *Folha de S.Paulo*, menos otimista, publicou editorial no dia 8/3 no qual associa a possibilidade de recuperação do país à capacidade do governo de efetuar as reformas em andamento, em particular a da Previdência Social. “...correntes relevantes da opinião pública ainda não se deram conta da gravidade dos problemas e do risco de encarar reformas como mero lobby de grupos conservadores, tal como se observa no debate sobre as mudanças cruciais na Previdência. Vislumbram-se sinais de recuperação, mas não está afastado o risco de recaída –de reprise de uma regressão tão profunda e duradoura quanto a dos anos 1980. Nesta hipótese, o

drama do retrocesso seria também social e político.”

O *Valor Econômico* publicou em editorial da edição de 9/3 que a economia caminha para uma tímida expansão em 2017. “O fundo do poço da economia foi atingido no primeiro semestre de 2015. Depois, os indicadores de desempenho passaram a ser um pouco menos ruins a cada trimestre, por qualquer comparação, exceto uma: na margem, no último trimestre de 2016, houve a maior queda do ano, de 0,9%, e não a menor, como se esperava.”

Na mesma linha vai a análise de Cássia Almeida publicada no jornal *O Globo* em 7/3: “A recessão, que se agravava a cada divulgação dos resultados trimestrais até junho do ano passado, começou a ficar mais suave. Até o meio do ano, a recessão era de 4,8%. Fechamos 2016 com a atividade econômica 3,6% menor. A comparação entre os semestres também mostra a situação um pouco menos pior. A recessão foi de 4,5% nos seis primeiros meses do ano e caiu a 2,7% no segundo semestre.”

O Brasil na imprensa internacional

É interessante a maneira como a mídia internacional retrata o Brasil. Em Portugal, em 28/2, o *Diário de Notícias* publicou a reportagem “Economia melhora e política piora nos primeiros nove meses de Temer”, que faz uma análise do governo a partir do que a grande mídia brasileira publica. O texto diz que é como se fossem dois países dentro dos mesmos jornais porque os cadernos de economia anunciam melhoras e os cadernos de política deixam claro como o *establishment* está cada vez mais manchado por escândalos de corrupção.

Hoje, talvez, os escândalos de corrupção sejam o assunto mais tratado pela mídia internacional ao falar sobre o Brasil. O francês *Le Monde*, além de publicar uma reportagem sobre uma possível compra de votos na eleição do Rio de Janeiro como cidade sede das Olimpíadas de 2016, produziu outra, antes da que tratou das Olimpíadas, com o título “No Brasil, o reino da impunidade”. Essa reportagem inicia apresentando aos leitores a expressão brasileira que explica o reino da impunidade, “tudo acaba em pizza” e segundo a repórter, ouvindo os cínicos, pode-se dizer que Michel Temer está preparando uma

“quatro queijos”. A reportagem foi produzida a partir do anúncio feito por Temer de quais seriam as regras para o afastamento de ministros envolvidos em corrupção. A repórter chama atenção para atitudes controversas de Temer e abre espaço para questionar o MBL em função da convocação de um protesto para o dia 26 de março. O texto diz que Kim Katagui mudou o tom com relação a suspeitas de corrupção no atual governo, já não é tão combativo. O cientista político Carlos Melo afirma que agora será possível saber se as manifestações passadas visavam somente se livrar de Dilma Rousseff e do PT ou se havia uma verdadeira cólera contra a corrupção.

Baseados em publicações da grande imprensa brasileira, jornais estrangeiros publicaram outras reportagens sobre possíveis casos de corrupção sugeridos por vazamentos seletivos das delações que ainda não se tornaram públicas. Fato é que a marca de país corrupto fica cada vez mais forte quando se fala em Brasil.

Chamou a atenção dos jornais estrangeiros, principalmente, do *New York Times* e do *Le Monde*, as manifestações políticas contra o governo Temer durante as festas de carnaval. O francês utilizou a manchete “No carnaval do Rio, a política se convida para festa”, já o nova-iorquino intitulou “Foliões do carnaval do Brasil canalizam raiva contra o presidente”. Ao fim do carnaval, o *NY Times* noticiou que os brasileiros voltariam à “realidade de crise política”.

Ainda tratando da política brasileira e focando nas suas enormes contradições, o *NY Times* publicou em 3/3 a reportagem “Líderes do Brasil defendem a austeridade (mas não para eles)” que aborda a defesa de uma austeridade no Brasil ao mesmo estilo da que foi aplicada na Grécia, porém, a reportagem denuncia as controvérsias com aumentos de salários e jantares caríssimos promovidos pela presidência da República e, principalmente, pela falta de impostos que taxem os mais ricos. O texto defende que a política de Temer protege os privilégios dos ricos e ataca os pobres.

O governo Michel Temer não foi destaque apenas

pela sua relação controversa com a corrupção ou pelas medidas econômicas que só farão aumentar a desigualdade social do país. Temer foi alvo de notícias em diferentes países em função do discurso que realizou no Dia Internacional da Mulher: em Portugal, “Temer elogia capacidade da mulher ‘no supermercado’ e no lar”; na Espanha, “O presidente do Brasil destaca o papel da mulher em casa e no supermercado; nos Estados Unidos, “Temer irrita mulheres com elogio à habilidade no supermercado”.

Enquanto Michel Temer é motivo de constrangimento internacional por proferir um discurso retrógrado, Dilma Rousseff, a mulher que deveria estar na presidência da República, aparece em alguns órgãos da imprensa europeia em função da sua participação no *Festival de Cinema* e no *Fórum Internacional sobre Direitos Humanos* que ocorre em Genebra, na Suíça. O jornal português *Diário de Notícias* publicou trechos de uma entrevista de Dilma em que ela afirma, “nunca pedi subornos, nem recebi subornos”. Dilma foi questionada sobre as informações de que ex-executivos da Odebrecht que agora são delatores teriam afirmado que pagaram propina para a campanha presidencial dela, ao que a atual presidenta do conselho curador da Fundação Perseu Abramo respondeu “eu sou uma pessoa que necessita de ver as provas. Se acusam de algo, isso tem de ser sustentado, não bastam afirmações”.

Além da política, chamou a atenção dos jornais *Le Monde* e *NY Times*, a violência contra pessoas transgêneras no Brasil. O *NY Times* publicou a reportagem “Tortura e assassinato de mulher transgênera atordoam o Brasil” sobre a violenta morte de Dandara, no Ceará. A publicação ouve entidades, cita números alarmantes de assassinatos de pessoas transgêneras e coloca Jair Bolsonaro como uma das figuras que legitima esse tipo de violência. Já o *Le Monde*, fez uma reportagem sobre a modelo transgênera brasileira, Valentina Sampaio. A publicação diz que Valentina é um caso raro porque o Brasil é um país altamente intolerante onde mais ocorrem assassinatos e casos de violência por transfobia.



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

O Boletim de Análise de Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Fátima Cleide (vice-presidenta), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Cudas. Equipe editorial: Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra, Guilherme Mello e Igor Rocha (economistas); Kjeld Jacobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Vilma Bokany e Matheus Toledo (sociólogos); William Nozaki (cientista político); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Rose Silva e Pedro Simon Camarão (jornalistas). Colaborou nesta edição Luana Forlini. Análise de mídias sociais: Leonardo Casalinho e Pedro Barciela. Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 14 de março de 2017.

BOLETIM DE
ANÁLISE DA
CONJUNTURA



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br